

## ACTA NÚMERO 60/XI/ 2.<sup>a</sup> SL

Aos 14 dias do mês de Janeiro de 2011, pelas 09:00 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na Sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

Audiência ao Sr. Vice-Presidente da Comissão Europeia, Comissário Europeu da Concorrência Joaquin Almunia.

O Sr. Presidente da CAE, Deputado Vitalino Canas (PS), deu as boas-vindas ao Sr. Vice-Presidente da Comissão Europeia, agradecendo-lhe pela sua visita ao Parlamento Português e deu nota do debate realizado sobre o Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2011, em sede de comissão e de plenário.

O Sr. Vice-Presidente da Comissão Europeia, Comissário Europeu da Concorrência, Joaquin Almunia, começou por salientar as prioridades da Comissão Europeia para 2011: promoção de políticas para superar as consequências económicas e sociais da crise, sobretudo na sequência da crise da dívida soberana. Referiu as medidas já adoptadas e as propostas em curso, nomeadamente a criação do mecanismo europeu para apoiar países em dificuldades de financiamento e o pacote sobre a “governança económica” e, em decorrência disso, o *semestre europeu*. Notou que em menos de um ano, a UE tinha dado os passos necessários no sentido de uma maior integração, que não dera em dez anos de União Económica e Monetária. Considerou necessário acelerar e aprofundar as reformas, designadamente, na promoção de medidas referentes a matéria fiscal e macroeconómica, mercado de trabalho e a sustentabilidade do modelo social, com a revisão do sistema de pensões. Salientou o facto de os Estados-Membros terem de passar a preparar os seus PEC, em Abril, em vez de Dezembro, para que o Conselho Europeu possa publicar as suas orientações até Junho e que a apresentação dos seus planos nacionais de reforma teria de ter por base os objectivos da Europa 2020. Expressou a sua convicção de que a UE, em geral, e os Estados-Membros, em particular, atingiriam melhores resultados se utilizarem a dimensão europeia e se se empenharem numa maior coordenação, coerência e integração das suas políticas,

do que se agirem isoladamente. Referiu as prioridades da política de concorrência, nomeadamente em questões como a luta contra os monopólios, abusos de posições, ajudas de Estado, sobretudo as ajudas ao sistema financeiro na decorrência da crise, sublinhando a necessidade de se verificar a existência de planos de reestruturação credíveis das instituições bancárias, que assegurem a sua sustentabilidade a médio/longo prazo e, também, a forma como se prevê repartir o esforço entre os accionistas, os credores privados e os contribuintes.

O Sr. Presidente recordou o debate realizado pela CAE sobre o semestre europeu, questionando o papel dos Parlamentos nacionais neste contexto e recordando o seu papel, no segundo semestre, na aprovação dos orçamentos nacionais.

O Sr. Deputado José Manuel Ribeiro (PS) questionou o Sr. Comissário sobre os Serviços de Interesse Geral e sobre as falhas do Mercado Interno.

O Sr. Deputado Carlos Costa Neves (PSD) referiu as afirmações do Sr. Comissário no sentido de considerar que o euro, depois desta crise, seria uma moeda ainda mais forte, e quis saber a sua posição relativamente à nova experiência de trabalho interinstitucional entre a Comissão Europeia e o Conselho Europeu, nomeadamente, se se pautava por uma relação de concorrência ou de complementaridade e com que vantagens. Relativamente à resposta da UE à crise, considerou que, apesar de ter feito o necessário, a UE não teria feito o suficiente e expressou a sua perplexidade quanto ao facto dos juros da dívida pública portuguesa se encontrarem acima dos da Ucrânia e da Argentina, questionando o que é que faltava fazer para defender, não só Portugal, mas a UE. Referiu a necessidade de se tratar com igual preocupação da crise económica e da crise social, para além da crise financeira, e verificar que papel poderia a UE ter nesta perspectiva. Por fim, quis saber a opinião do Sr. Vice-Presidente da Comissão Europeia sobre se o orçamento da UE era suficiente para garantir os meios necessários à realização das ambições da União.

O Sr. Deputado Agostinho Lopes (PCP) recordou um relatório da Comissão Europeia, de 2008, sobre os sucessos do euro e referiu que em Portugal essas vantagens nunca se tinham feito sentir e que, pelo contrário, o país pugnava contra importantes desequilíbrios orçamentais e macroeconómicos, o aumento do desemprego e a diminuição dos salários. Apontou críticas também à política de concorrência da UE, nomeadamente salientando o efeito da diversidade de ajudas nacionais concedida pelos diferentes Estados-Membros em resposta à crise, no agravamento do desequilíbrio concorrencial no Mercado Interno. Referiu ainda a questão do preço dos combustíveis e a opacidade dos índices de referência na

determinação dos preços, salientando a necessidade da Comissão Europeia investigar a situação. Por fim, considerou que a UE deveria ter assegurado a lealdade no seio do Mercado Interno ao negociar o acordo com o Paquistão, que terá um impacto negativo no sector têxtil português.

O Sr. Deputado João Serpa Oliva (CDS/PP) quis saber da evolução da situação de desemprego ao nível da UE.

O Sr. Vice-Presidente da Comissão Europeia, Comissário Europeu da Concorrência, Joaquin Almunia, procurou responder às questões colocadas, referindo, antes de mais, que o semestre europeu consistia na coordenação de competências que residiam nos Estados-Membros, mas com melhores resultados colectivos, considerando não existir qualquer contradição entre a existência do semestre europeu e o papel dos Parlamentos nacionais. Relativamente aos serviços de interesse geral, informou que a Comissão Europeia iria trabalhar sobre esse assunto durante 2011, prevendo-se a publicação de um relatório para breve sobre os resultados da consulta pública. Recordou o relatório elaborado por Mario Monti e referiu a necessidade de se evitar um sobre financiamento de grupos económicos importantes, que possam distorcer a concorrência. Mencionou também o facto da Comissão Europeia ter publicado a Lei do Mercado Único, que se encontrava em consulta pública, contendo uma série de propostas de medidas com vista ao aprofundamento do mercado de serviços e a uma economia digital. Considerou ainda que todas as ajudas de Estado tinham em vista compensar uma falha do mercado, pelo que se deveria aprofundar esse debate e aplicar medidas tendentes a evitar estas situações. Referiu ainda a importância da política de ambiente, de apoio às PME e à política de coesão. Relativamente às relações inter-institucionais entre os Presidentes da Comissão Europeia e do Conselho Europeu, considerou que o exercício não era fácil, uma vez que o Tratado de Lisboa não delimitou as competências destas duas instituições de forma clara, sendo necessária uma articulação permanente, que tem melhorado com a prática. Relativamente ao Serviço Europeu de Acção Externa, recordou que estava activo apenas deste a semana passada e que durante um ano a Alta Representante teve de trabalhar sem estrutura e responder a inúmeros desafios. Em relação ao PE, notou o seu acréscimo de poderes, na decorrência do Tratado de Lisboa, e o facto do processo legislativo ter ganho com a sua crescente intervenção, pese embora o seu papel não ter a devida correspondência no nível de reconhecimento das suas atribuições pelo próprio Conselho. Apelou a uma maior participação dos Parlamentos nacionais no processo legislativo europeu, no quadro das possibilidades abertas pelo Tratado. Em relação à crise da dívida pública soberana, considerou que se teria de melhorar o mecanismo de financiamento e que o Eurogrupo e o Ecofin deveriam

consensualizar em breve uma solução aceitável para todas as partes. Reconheceu que os países com maiores dificuldades nesta área estavam já a tomar medidas e que tomariam mais se necessário. Concordou que o orçamento da UE não era suficiente e não considerou que a partir de 2014 fosse melhor. Esclareceu que as relações entre a Comissão Europeia e as autoridades nacionais da concorrência funcionavam muito bem. Por fim, considerou que ainda havia muito a fazer para o aprofundamento da UEM, nomeadamente aprofundar a vigilância das políticas fiscais e orçamentais dos Estados-Membros, sobretudo no respeitante ao endividamento público; corrigir os desequilíbrios macroeconómicos; melhorar os mecanismos de governação; e melhorar a reputação do euro, designadamente, expressando-se numa voz única nas instituições internacionais. Afirmou que uma economia avançada e competitiva não podia estar baseada em baixos salários, mas que se deveria centrar em promover mercados de trabalho que melhorassem a capacidade de criação de emprego, procurando estudar os casos de fracasso e os de êxito para perceber o que é que produz melhores resultados. Ainda em relação às ajudas de Estado, recordou que só a Comissão Europeia era competente para evitar que Estados-Membros mais fortes tomassem decisões que prejudicassem outros Estados-Membros. Quanto ao preço dos combustíveis, assinalou que a Comissão Europeia poderia intervir no caso de existirem distorções transfronteiriças. E, por fim, disponibilizou-se a responder por escrito a outras questões que pudessem surgir na sequência da reunião.

O Sr. Presidente encerrou a reunião às 10:00 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 23 de Fevereiro de 2011.

**O PRESIDENTE**  
  
**(VITALINO CANAS)**

## **Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Costa  
Ana Couto  
Carlos Costa Neves  
Carlos São Martinho  
Honório Novo  
João Serpa Oliva  
José de Bianchi  
José Ribeiro  
Luís Rodrigues  
Pedro Brandão Rodrigues  
Pedro Duarte  
Vitalino Canas  
Agostinho Lopes  
Maria Paula Cardoso

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ana Catarina Mendonça Mendes  
António Gameiro  
Arménio Santos  
Cecília Honório  
José Ferreira Gomes  
Luísa Roseira  
Paulo Pisco  
Sérgio Sousa Pinto

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Vânia Jesus